



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
*Comitê de Tecnologia da Informação*

**ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos seis (06) dias do mês de julho do ano de dois mil e nove (2009), às nove horas e trinta minutos (09h30min.), na Sala da Comissão de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça, reuniu-se ordinariamente o **Comitê de Tecnologia da Informação**, instituído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA GPGJ nº 003/2007, de 1º de outubro de 2007, com a composição constante da Portaria nº. 589/09, publicada no Diário da Justiça de 16.04.2009. Presentes o **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen** - Coordenador, o **Promotor de Justiça-Corregedor João Geraldo Carneiro Barbosa**, como representante da Corregedoria-Geral do Ministério Público, o **Promotor de Justiça Dr. Francisco Antônio de Sarmiento Vieira**, a **Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite** - **Secretária do Comitê**, o **Chefe de Departamento de Suporte Técnico e de Rede Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis**, o **Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas, Jefferson Ferreira Barbosa** e o **Assessor de Informática Daniel Cavalcanti Lins Falcão**. A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que iniciou os trabalhos invocando a proteção de Deus. Na sequência, Dr. Alcides informou aos presentes a ausência justificada do **Secretário-Geral Dr. Cláudio Antônio Cavalcanti** e da **Diretora de Tecnologia da Informação, Drª Maria José Gomes de Oliveira**, o primeiro por compromissos inadiáveis junto a Secretaria-Geral e a segunda em virtude de tratamento de saúde não previsto. Ato contínuo, Dr. Alcides submeteu a aprovação, a Ata da 20ª Reunião Ordinária do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros

presentes assinaram o referido documento e, como de praxe, o Dr. Alcides pediu que a Secretária do Comitê encaminhasse, através de ofício, uma cópia daquela peça à senhora Procuradora-Geral de Justiça. Iniciando a abordagem dos assuntos do dia, Dr. Alcides perguntou ao Chefe do Departamento de Suporte Técnico e de Rede Uirá, qual o motivo do *site* da Instituição está indisponível desde o final de semana. Com a palavra o Chefe Uirá informou que no início daquele período o equipamento-servidor desligou, provavelmente por queda ou falta de energia e o *no-break* existente não tem capacidade suficiente para sustentar a conexão. Outro fato preponderante é que o *link* da empresa OI não está funcionando, o que já foi comunicado e solicitado providências à contratada mencionada, na data de hoje. Disse ainda, que a empresa OI esclareceu que até as 11h30min. desta data o problema estaria resolvido. Pedindo a palavra, o Assessor Daniel informou aos presentes que a situação da rede elétrica da Sede do Ministério Público é muito precária e que isto também pode comprometer o funcionamento dos equipamentos. Retomando a palavra, Dr. Alcides comentou que considera de extrema gravidade a falta de um *no-break* de grande porte, pois isso coloca o equipamento-servidor em risco, comprometendo o armazenamento dos dados existentes. Fazendo uso da palavra, Dr. João Geraldo pediu para que se registrasse em Ata a necessidade de priorizar a reforma da rede elétrica e lógica da Sede do Ministério Público, bem como dar celeridade a aquisição dos *no-breaks* mencionados por Dr. Alcides. Com a palavra, Uirá informou aos presentes que já está em tramitação o processo para aquisição de *no-breaks* e esta se dará através de procedimento licitatório. Dando continuidade aos assuntos do dia, Dr. Alcides informou aos membros presentes que o Superior Tribunal de Justiça já está cadastrando Instituições para acesso ao E-STJ, com a finalidade de realizar consulta aos processos virtuais que tramitam naquela Corte Superior. Inicialmente, o STJ disponibiliza o credenciamento para consulta *on-line*, através de senha, por um prazo de até cento e vinte (120) dias, mas findo este período o acesso ao sistema só será possível via certificado digital. Disse ainda, que considera um serviço relevante e indispensável para a Instituição, os seus Membros poderem consultar os processos digitalizados do STJ, pois ele mesmo dispõe, no momento, de pelo menos dois autos tramitando virtualmente naquela Corte de Justiça. Ato contínuo, Dr. Alcides perguntou ao Chefe de Departamento Uirá quais as providências tomadas pela DITEC com vistas a aquisição de Certificados Digitais para todos os Procuradores e Promotores de Justiça; se está sendo observado o padrão adequado ao processo virtual e se algum técnico da equipe de informática já manteve contato com outros Ministérios Públicos Estaduais, bem assim com o TJPB, para colher informações sobre o assunto. Com a palavra, Uirá informou que manteve contato empresas certificadoras como a Caixa Econômica

Federal (já remeteu proposta orçamentária para o MPPB), SERASA e Banco do Brasil, sendo que este último está mantendo negociando com a Direção em Brasília, com vistas a viabilizar uma melhor proposta ao MPPB, pois inicialmente o custo individual apresentado foi de R\$ 300,00 (trezentos reais), totalizando aproximadamente o montante de R\$ 66.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais). Pedindo a palavra, Dr. João Geraldo ponderou que o Ministério Público paraibano deve, imediatamente, cadastrar os Membros para terem acesso ao **E-STJ** e, paralelamente, dar celeridade a aquisição dos certificados digitais, já que disporá de 120 dias, para adquirir as certificações, vez que se torna indiscutível a necessidade de avançarmos na informatização das atividades ministeriais. Ainda com a palavra, Dr. João Geraldo reforçou a necessidade da equipe de informática em consultar outros MP's, no sentido de buscar informações mais concretas sobre o processo de utilização e aquisição de Certificação Digital. Após ampla discussão sobre o assunto, o Coordenador Dr. Alcides, sugeriu que, preferencialmente, os Certificados Digitais pudessem ser adquiridos junto ao Banco do Brasil em caso de registro de preços, pois acredita que como já existe um convênio de prestação de serviços com o Ministério Público da Paraíba a tendência é a de um custo muito menor; logo em seguida, propôs aos integrantes do COMTI levar a questão para a Procuradora-Geral. Ato contínuo, Dr. Alcides pediu a Secretária do Comitê que agendasse uma audiência com a Dr<sup>a</sup> Janete para a próxima quarta-feira, dia 08 de julho do ano em curso. Dando continuidade a pauta do dia, Dr. Alcides perguntou a equipe de informática como está a organização do *workshop* sobre a utilização do BrOffice, idealizado pelo pessoal do 2º CAOP, pois até o presente momento não tem definição de data para realização do evento. Com a palavra, o Chefe Uirá informou que a Diretora Maria José havia despachado com a Dr<sup>a</sup> Janete sobre o assunto e tem conhecimento que a Procuradora-Geral, imediatamente, remeteu o ofício ao CEAf para as providências cabíveis, mas que ele não tinha uma informação atualizada sobre o *workshop* e se comprometeu de colher informações para apresentar, informalmente aos membros no próximo dia 08 de julho, quando da audiência com a Procuradora-Geral. Em seguida, Dr. Alcides perguntou a Daniel como estava a elaboração do *Portal da Transparência*, pois o prazo de cento e vinte (120) dias para implantação, estabelecido pelo Conselho Nacional do Ministério Público estava decorrendo. Com a palavra, Daniel informou ao Coordenador do COMTI que os técnicos da DITEC já estavam colhendo informações para viabilizar o Portal da Transparência do MPPB, inclusive constatou que os MP's do Maranhão, Goiás e Rio Grande do Sul já o implantaram. Disse ainda que o site da Instituição dispõe da maioria das informações requisitadas pelo CNMP, faltando apenas organizar num único link. Fazendo uso da palavra, a Dr<sup>a</sup>. Arlinda informou aos membros presentes que remeteu cópia da Resolução nº 38/2009-CNMP

para o Secretário-Geral, com vistas a elaboração do Ato Administrativo. Na sequência, Dr. Alcides perguntou ao Chefe Jefferson como estava a implantação do Sistema Arquimedes e comentou com os presentes que, analisando rapidamente o programa, achou-o mais complexo do que o existente anteriormente. Com a palavra, Jefferson explanou que o serviço de implantação do Arquimedes será concluído na próxima sexta-feira, dia 10 de julho do ano em curso. Disse ainda, que os técnicos do CESAR já realizaram treinamento com os servidores das áreas envolvidas, isto é, DIAFU, Gabinetes de Procuradores de Justiça, CAIMP, CCIAIF e Promotoria de Santa Rita, sendo que esta última se encontra em fase de conclusão. Continuando, informou aos membros do COMTI que precisa, urgentemente, de um servidor para gerenciar o *helpdesk* do Arquimedes, ou seja, ficar fazendo o serviço de atendimento ao usuário do Sistema, enfim, solucionando dúvidas eventuais na operacionalidade do programa e encaminhando pendências eventualmente existentes no Arquimedes para a área de Desenvolvimento e de Suporte. Para tanto, o servidor a ser designado necessita possuir, ao menos um perfil com as seguintes características: ter conhecimento intermediário na área de informática; de preferência, ser servidor efetivo; e fazer treinamento para se familiarizar com as funcionalidades do Arquimedes. Usando da palavra, Daniel disse que estão aparecendo alguns erros de digitação no Sistema, ocasionados pelos usuários, mas que já eram previstos nesta fase de implantação. Em seguida, Dr. Alcides falou que é importante colocar a consulta processual no *site* da Instituição, pois permitiria Advogados e parte interessada acompanharem a tramitação dos autos, a exemplo do que ocorre no sítio do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Nesse momento, Daniel explicou que o sistema atual permite este tipo de consulta virtual, mas falta sincronizar os dados para o Arquimedes. Retomando a palavra, Dr. Alcides perguntou se a equipe de informática visitou o Tribunal Regional do Trabalho, com vistas a buscar *know-how* para implantação do sistema de transmissão ao vivo das sessões do Conselho Superior do Ministério Público. Com a palavra, o Chefe de Departamento de Suporte Técnico e de Rede Uirá informou que o *link* atual não tem capacidade para suportar a transmissão, ao vivo, de áudio e vídeo e sugeriu terceirizar o serviço para não comprometer o desempenho de outros serviços que trafegam na banda da Instituição. Ainda com a palavra, Uirá comentou que manteve contato com empresa especializada neste serviço e recebeu um orçamento de custo mensal no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), incluindo o suporte técnico. Retomando a palavra, Dr. Alcides sugeriu dar celeridade ao processo e viabilizar, inicialmente, apenas a transmissão de áudio, a exemplo do que vem ocorrendo no CNMP em razão dos elevados custos. Usando da palavra, Dr. João Geraldo disse que a implantação da transmissão das Sessões do CSMP via áudio deve ser imediata, pois a de vídeo

certamente será uma consequência da iniciativa de hoje. Com a palavra, Uirá informou aos membros presentes que vai analisar a possibilidade de implantar o mencionado serviço, o mais breve possível. Dando continuidade a pauta, Dr. Alcides perguntou ao Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Jefferson sobre o Sistema de Recursos Humanos. Fazendo uso da palavra, Jefferson informou que em conversa com o supervisor dos digitadores - Flávio, ficou sabendo que a conclusão da digitação de todas as anotações funcionais dos Membros está prevista para até o final da gestão de Dr<sup>a</sup> Janete. Disse ainda que solicitou a Flávio que remetesse um cronograma das atividades de digitação para Secretária do Comitê Arlinda, a fim de que a mesma o apresentasse aos integrantes do COMTI. Ato contínuo, informou que Daniel concluirá os relatórios do sistema esta semana. Retomando a palavra, Dr. Alcides solicitou que Jefferson preparasse uma apresentação do Sistema de RH, já com relatórios e digitações das anotações funcionais existentes, para exibição na próxima reunião do Colégio de Procuradores de Justiça. Com a palavra, Jefferson solicitou a Dr. Alcides que antes de expor o Sistema aos integrantes do Colégio de Procuradores, algum Membro do COMTI fizesse uma análise do programa, com vistas a fazer críticas e possíveis sugestões. Dando continuidade aos assuntos do dia, Dr. Alcides perguntou ao Chefe Uirá como estão os trabalhos de implantação da *Rede Wan/Internet* nas Sedes Ministeriais. Com a palavra, Uirá comunicou que as seguintes Sedes já estão na Rede: Alhandra; Cabedelo; Caaporã; Itabaiana; Barra de Santa Rosa, Cajazeiras; Sousa; Bayeux; Santa Rita; 1º CAOP; Memorial; Anexos do edifício Sede do MPPB; CEAf e, ainda esta semana estamos implantando em Campina Grande; Sapé e Mari. Falou ainda, que está sendo conciliada a prestação do serviço de instalação da OI com a conclusão das obras de estrutura física de rede lógica nas Promotorias de Justiça, para a conclusão do serviço de implantação da Rede Wan/Internet. Retomando a palavra, Dr. Alcides perguntou a Uirá quais os benefícios concretos, até o momento, decorrentes da implantação da Rede Wan, como por exemplo o que os usuários da Promotoria de Justiça de Cajazeiras já poderão visualizar? Usando da palavra, o Chefe Uirá explicou que a Rede do Ministério Público, permitirá que a Promotoria tenha acesso a Rede Mundial de Computares (Internet) e Wi-Fi, Intranet e infraestrutura básica para implantação de sistemas distribuídos, como por exemplo Arquimedes. Fazendo uso da palavra, Dr. Sarmento comentou que precisa haver padronização nas Promotorias, bem como facilidade na estrutura de implantação da Rede Wan, para que o próprio Promotor de Justiça possa configurar seu equipamento de trabalho. Pedindo a palavra, o Chefe do Departamento de Suporte Técnico e de Rede Uirá explicou que é indispensável que a DITEC tenha o controle de acesso a Rede do MPPB, com a finalidade de evitar a invasão de *hackers* e isto requer cuidados de técnicos da área

de informática. Com a palavra, Dr. João Geraldo pediu a equipe de informática para desenvolver um sistema específico para a área dos direitos difusos, com a finalidade de padronizar os processos, o mais rápido possível, com o objetivo de dar celeridade ao procedimento de fiscalização das Promotorias, inclusive podendo ser realizado virtualmente. Retomando a palavra, Dr. Alcides informou ao Dr. João Geraldo que o Sistema Arquimedes já contempla a área dos direitos difusos. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos, e Eu, \_\_\_\_\_, Secretária, lavrei a presente Ata, que assino com os demais Membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. Em João Pessoa aos 6 de julho de 2009.

**Alcides Orlando de Moura Jansen**  
Procurador de Justiça – Coordenador

**Cláudio Antônio Cavalcanti**  
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

**João Geraldo Carneiro Barbosa**  
Promotor de Justiça Corregedor

**Francisco Antônio de Sarmiento Vieira**  
Promotor de Justiça

**Arlinda M<sup>a</sup> Pimentel R. Leite**  
Diretora de Planejamento - Secretária do COMTI

**Maria José Gomes de Oliveira**  
Diretora de Tecnologia da Informação

**Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis**  
Chefe de Dept<sup>o</sup> de Suporte Técnico e de Rede

**Jefferson Ferreira Barbosa**  
Chefe de Dept<sup>o</sup> de Desenvolvimento de Sistemas

**Daniel Cavalcanti Lins Falcão**  
Assessor de Informática